



## **19 DE OUTUBRO DE 2016**

### **Quarta-feira**

- **NORMA ISO 37001 – SISTEMAS DE GESTÃO ANTISSUBORNO**
- **ENXUGAR A PRODUÇÃO É GARANTIA DE MELHORES RESULTADOS**
- **FUNCIONÁRIOS DA VOLVO ENCERRAM GREVE E VÃO DISCUTIR REAJUSTE SÓ EM 2017**
- **PETROBRAS E SINDICATOS TRAVAM GUERRA IDEOLÓGICA POR APOIO DE FUNCIONÁRIOS**
- **TRABALHADORES NÃO QUEREM MUDANÇA NA JORNADA DIÁRIA, INDICA PESQUISA**
- **ESTADOS QUEREM INCLUSÃO DE JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO NAS NOVAS REGRAS DA APOSENTADORIA**
- **PROTESTO CONTRA JUROS NA FRENTE DO BC EM SP REÚNE CERCA DE MIL PESSOAS, DIZ FORÇA**
- **INDÚSTRIA PAULISTA DEMITE 11.500 TRABALHADORES EM SETEMBRO, REVELA FIESP**
- **INDÚSTRIA SÓ VOLTA A CRESCER EM 2018, DIZ CNI**
- **FIESP PEDE QUE BNDES NÃO DEVOLVA RECURSOS AO TESOURO, MAS BANCO REBATE**
- **QUEDAS NA INDÚSTRIA E NO VAREJO INDICAM ATRASO NA SAÍDA DA RECESSÃO**
- **EMPRESÁRIOS QUEREM ACORDO COM ALEMANHA CONTRA DUPLA TRIBUTAÇÃO**
- **ÍNDA ACREDITA EM NOVO AUMENTO DE PREÇOS DE TODAS AS SIDERÚRGICAS ATÉ NOVEMBRO**
- **GOVERNO QUER FATIAR CÓDIGO MINERAL E AMPLIAR OFERTA DE ÁREAS**
- **FENABRAVE PREVÊ ALTA DE 5% NAS VENDAS DE AUTOS E LEVES EM 2017**
- **COMPRAS DE AÇO PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO CRESCEM 14,7% EM SETEMBRO, DIZ ÍNDA**
- **COM APETITE E DINHEIRO NO BOLSO, INVESTIDORES CHINESES “INVADEM” O BRASIL**
- **PARANAENSE VAI RELATAR REFORMA TRIBUTÁRIA E QUER ACABAR COM CINCO IMPOSTOS**

- PARANÁ SOLICITA AO TESOURO AVAL PARA PEDIR R\$ 1,6 BILHÃO EM EMPRÉSTIMOS
- VISÕES DIFERENTES SOBRE ORÇAMENTO DIFICULTAM ACORDO ENTRE GOVERNO E SERVIDORES NO PR
- EÓLICAS PODEM SUPRIR 20% DA ENERGIA DO MUNDO ATÉ 2030
- BOFA: REDUÇÃO DE JURO PELO COPOM PODE LEVAR A MIGRAÇÃO DE RENDA FIXA PARA AÇÕES
- BRASIL É MAIOR 'CONVICÇÃO' DE INVESTIDOR ENTRE EMERGENTES
- ARTIGO: PEC DO TETO DE GASTOS PÚBLICOS EMPODERA O CONGRESSO NACIONAL
- PORCENTUAL DE CHEQUES DEVOLVIDOS CAI PARA 2,00% EM SETEMBRO, DIZ BOA VISTA
- BANCO FRANCÊS BNP PARIBAS QUER FINANCIAR CONCESSÕES NO BRASIL
- MIGRAÇÃO PARA BRADESCO AFETA CLIENTES DO HSBC
- COM INFLAÇÃO EM BAIXA, QUEDA NA RENDA DESACELERA A PARTIR DO 3º TRI
- MERCEDES LANÇA LEASING OPERACIONAL PARA ACTROS E AXOR
- FCA E IVECO VÃO EXPANDIR O USO DE GNC NA EUROPA
- BRASILEIRO CARLOS GHOSN, PRESIDENTE DA NISSAN, TAMBÉM DIRIGIRÁ A MITSUBISHI
- MINISTÉRIO RECEBE COMITIVA DA COREIA DO SUL E TROCA EXPERIÊNCIAS SOBRE SISTEMAS DE EMPREGO

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 19/10/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,167	3,168
<b>Euro</b>	3,473	3,475

**Fonte: BACEN**

## **Norma ISO 37001 – Sistemas de Gestão Antissuborno**

19/10/2016 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados – Advogados

No último dia 14 de outubro a Organização Internacional de Normalização – ISO publicou a norma A ISO 37001 – Sistemas de Gestão Antissuborno.

A ISO 37001 é a primeira norma internacional de sistema de gestão antissuborno projetada para ajudar as organizações a combater os riscos de suborno nas suas operações e ao longo de suas cadeias globais de valor.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, membro fundador da ISO, a norma 37001 tem o potencial para reduzir riscos e custos corporativos relacionados ao suborno, fornecendo uma estrutura de negócios viável para prevenir, detectar e tratar o suborno.

A norma tem por principal objetivo apoiar as organizações em suas políticas antissuborno, por meio de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis.

Os requisitos da norma são genéricos e podem ser aplicáveis a qualquer organização, ou parte de uma organização, independentemente do tipo, tamanho e natureza de sua atividade, seja do setor público, privado ou sem fins lucrativos.

Destacam-se entre os requisitos para a obtenção da ISO 37001, entre outros, a existência de uma política e procedimentos antissuborno; o comprometimento, responsabilidade e liderança da alta direção e do órgão diretivo; definição do papel e responsabilidades da função de compliance antissuborno; a existência de treinamentos; e due diligence e avaliação de riscos de suborno nos projetos e parceiros de negócio.

A implantação da norma tende a aperfeiçoar a relação das empresas junto a autoridades, investidores, acionistas, fornecedores, colaboradores e a sociedade em geral, melhorando a sua reputação e imagem, além de propiciar um melhor gerenciamento dos riscos dos seus negócios.

## **Enxugar a produção é garantia de melhores resultados**

19/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

***Com retorno rápido e investimento baixo, lean manufacturing pode ser solução para aumentar produtividade***



Diante da baixa lucratividade por conta da crise, a paranaense Eletrolack apostou em uma reformulação interna para melhorar seus resultados. Especializada em pinturas industriais, a empresa aliou a otimização de processos com redução de desperdício no chamado *lean manufacturing* para garantir um retorno ao crescimento. E, com menos tempo perdido em movimentação de peças e de funcionários, sua produtividade subiu 38% em apenas dois meses.

Apesar do nome complicado, a ideia por trás do *lean manufacturing* é simples e se encaixa dentro daquilo que se espera para o Dia Nacional da Inovação, comemorado nesta quarta-feira (19).

Como o termo em inglês revela, é tornar o processo produtivo mais enxuto, removendo seus excedentes para diminuir custos.

“É uma ferramenta que trabalha para evitar desperdícios, seja com superprodução ou excesso de movimentação, o que diminui os custos e aumenta a produtividade”, explica o responsável pela área de consultoria do Senai no Paraná, Ermisson da Silva Rodrigues. Para ele, trata-se de um método anticrise bastante eficiente, visto que não depende de altos investimentos.

No caso da Eletrolack, por exemplo, os gastos com a compra de novos materiais ficaram em torno dos R\$ 1 mil, como revela a sócia-proprietária Karin Schröder.

“Todas as mudanças foram feitas com base naquilo que já tínhamos dentro da empresa. Foi preciso adquirir apenas algumas poucas peças”, conta. Para isso, a companhia apostou em mudança de layout e outras alterações nos processos, o que resultou em uma queda no custo geral de produção. “Esperamos uma redução de algo próximo a R\$ 30 mil por ano”.

Graças a esse baixo valor investido, o retorno acaba sendo bastante vantajoso. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os ganhos com o *lean* podem ser entre 8 e 108 vezes maiores do que o valor investido inicialmente. Não por acaso, em 2014, metade das empresas paranaenses apostaram em melhorias de processos e observaram resultados positivos oriundos disso.

Rodrigues aponta essa independência de novas aquisições como um dos diferenciais do *lean manufacturing*. “Neste primeiro momento, a gente não fala em compra ou em novos investimentos. Para pensar em automação, indústria 4.0 e coisas do tipo, é preciso primeiro se organizar internamente e rever seus índices de produtividade. As melhorias são feitas com o ferramental que a indústria já tem disponível”.

### **Como funciona 108 vezes**

o valor investido foi o retorno de algumas empresas participantes do Brasil Mais Produtivo em 2015

Todo o processo de *lean manufacturing* se baseia na observação dos procedimentos adotados por uma empresa e em mudanças pontuais no que é considerado crítico. Com a ajuda de um consultor do Senai, a companhia tem todos os seus processos mapeados para identificar o que é possível melhorar.

“A gente chega na fábrica e faz um diagnóstico, elencando alguns indicadores. Mapeamos toda a operação, desde o fornecedor até a entrega para o cliente final, identificando onde estão os desperdícios na linha de produção”, detalha Rodrigues.

O tempo para realizar todas essas mudanças depende do tamanho da empresa, mas o especialista do Senai conta que as consultorias variam entre períodos de 100 a 250 horas. E todo o trabalho é feito em parceria com os donos e gerentes das empresas, além de outros funcionários, que vão ajudar a apontar os gargalos existentes.

Entre os problemas mais comuns identificados, o excesso de movimentação e a produção desbalanceada são os mais comuns. “O empresário muitas vezes não sabe qual seu pico de demanda. Não sabendo o quanto tem que produzir, acaba pagando

um preço muito alto quando precisa aumentar essa produção, fazendo o custo estourar”.

## **Apoio federal**

### **Ministro em Curitiba**

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Marcos Pereira estará em Curitiba no próximo dia 26 de outubro para divulgar o programa Brasil Mais Produtivo. O encontro será realizado a partir das 10h no Campus da Indústria, na Avenida Comendador Franco, 1341.

Para popularizar a metodologia do *lean manufacturing*, o governo federal criou o Brasil Mais Produtivo, programa que oferece consultoria a empresas de diferentes setores para ajudar nesse crescimento em meio à crise.

Em parceria com especialistas do Senai, a expectativa é atender 3 mil indústrias de pequeno e médio porte até o fim de 2017, oferecendo um crescimento de, pelo menos, 20% na produtividade. No entanto, os resultados de 2015 mostraram um aumento de 33% a 66% entre os participantes.

De acordo com as regras estabelecidas pelo MDIC, cada estado possui algumas áreas contempladas com base naquilo que o ministério determina como estratégico para cada região.

No caso do Paraná, as empresas dos setores alimentício, moveleiro e metalmeccânico podem se inscrever para contar com benefício, como foi o caso da própria Eletrolack. “É um tipo de consultoria com valores bem mais acessíveis”, afirma Schröder.

De acordo com Ermisson da Silva Rodrigues, os resultados paranaenses vêm sendo bastante positivos. Segundo ele, nos últimos dois anos, as 40 empresas participantes tiveram um aumento de produtividade entre 20% e 51%. A estimativa é que, até setembro de 2017, o Senai atenda 200 empresas no estado pelo Brasil Mais Produtivo.

### **Bússolas apontam o caminho certo para a inovação**

Iniciativa do Senai realiza diagnóstico gratuito que aponta soluções para inovação nas empresas.

O programa do MDIC não é o único caminho para quem quer adotar o *lean manufacturing* em sua empresa. Paralelo ao projeto federal, o Senai conta ainda com outras ações para a redução de desperdícios e o aumento de produtividade. É o caso das chamadas Bússolas da Inovação e da Sustentabilidade, iniciativas gratuitas que ajudam a diagnosticar problemas e a apontar soluções dentro das corporações.

De acordo com Augusto Machado, responsável pelas pesquisas, a ideia é apresentar caminhos que ajudem a empresa a inovar, além de trazer ações com retorno imediato. “Em um cenário de dificuldade e de crise, investir um tempo para entender o que faz e receber um diagnóstico que ajude no crescimento é algo muito produtivo”, explica. Para ele, as Bússolas servem para complementar o que já é feito no *lean*, visto que ambas as ferramentas convergem para o mesmo objetivo.

A diferença, contudo, é que tanto a Bússola da Inovação quanto a da Sustentabilidade atendem a todos os setores, ou seja, sem distinção como acontece no Brasil Mais Produtivo.

“Esse é uma ideia pioneira desenvolvida pelo Senai no Paraná e que estamos exportando para outros estados”, conta. “Todas as informações fornecidas são

confidenciais. O que queremos é entender a realidade da indústria para oferecer soluções”.

Os interessados têm até o dia 31 de outubro para responderem aos questionários.

## **Funcionários da Volvo encerram greve e vão discutir reajuste só em 2017**

19/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Em votação secreta realizada nesta segunda-feira (17), os trabalhadores da fábrica da Volvo em Curitiba aceitaram nova proposta da empresa e decidiram encerrar a paralisação iniciada no dia 4. Eles retornaram ao trabalho na manhã desta terça (18).

A montadora ofereceu um abono de R\$ 5 mil, líquidos, e um reajuste de 9,8% no vale-alimentação, que subiu de R\$ 419 para R\$ 460.

Por enquanto, não haverá qualquer aumento no salário dos trabalhadores, que vinham reivindicando um reajuste de 9,62%, equivalente ao INPC acumulado em 12 meses até o fim de agosto. A Volvo oferecia a metade (4,81%).

Os funcionários aceitaram retomar a discussão da data-base apenas em setembro de 2017. Só então será definido o tamanho do reajuste, que será relativo a este ano e ao próximo.

Os nove dias úteis de paralisação serão compensados com o uso de banco de horas especial. Durante a greve, a Volvo deixou de produzir aproximadamente 490 veículos, entre caminhões e chassis de ônibus, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC).

Além dos trabalhadores da fábrica da Cidade Industrial – que emprega 3,2 mil pessoas, das quais 1,8 mil nas linhas de produção –, também estavam parados os 180 funcionários do centro de distribuição da companhia, em São José dos Pinhais.

### **Votação**

Embora o sindicato tenha insistido na pressão pelo repasse integral da inflação aos salários, a maioria dos trabalhadores preferiu encerrar a paralisação. De 2.012 votantes, 1.137 (56,5% do total) foram favoráveis à proposta da Volvo, 863 (42,9%) votaram contra e 12 (0,6%), em branco.

“Os trabalhadores estão sofrendo as consequências dos desmandos políticos do país, onde a crise econômica, aprofundada pela crise política, colocou o setor em patamares inferiores a 2006. Hoje o setor automobilístico está com 67% da sua capacidade produtiva obsoleta”, disse em nota o presidente do SMC, Sérgio Butka.

### **OS TEMPOS SÃO OUTROS**

O acordo na Volvo, sem reajuste salarial, evidencia o fim de uma era de bonança para os metalúrgicos das montadoras. Neste ano, a maioria das negociações em Curitiba e região terminou com o repasse da inflação acumulada em 12 meses, sem aumentos reais nos salários.

A participação nos lucros e resultados (PLR), que alguns anos atrás ganhou fama nacional, também emagreceu. Em 2013, os trabalhadores da fabricante de ônibus e caminhões conquistaram PLR de R\$ 30 mil, um recorde. Neste ano, o mais provável é que consigam até R\$ 12,3 mil – isso se a fábrica repetir a produção de 2015.

Desse total, serão descontados R\$ 5 mil relativos a um acordo para garantir a manutenção, até 5 de dezembro, de 409 postos de trabalho que a montadora pretendia fechar. A Volvo abriu um Plano de Demissões Voluntárias (PDV), mas menos de 100 pessoas aderiram até agora.

## **Petrobras e sindicatos travam guerra ideológica por apoio de funcionários**

19/10/2016 – Fonte: Uol Economia

A alta cúpula da Petrobras e os sindicatos têm travado uma disputa de ideias por apoio dos petroleiros, enquanto a empresa busca evitar uma prolongada greve que vem sendo planejada diante do descontentamento com o programa de venda de ativos da companhia e da proposta de reajuste salarial abaixo da inflação.

Sindicalistas falam em "guerra ideológica" encabeçada pelo presidente-executivo da Petrobras, Pedro Parente, e dizem até que a empresa mudou sua forma de se comunicar com empregados, imprensa e sindicatos, como forma de buscar apoio para seu plano de negócios, que inclui a meta de desinvestimentos de US\$ 34,6 bilhões entre 2015-2018.

Além de cartas enviadas por e-mail, assinadas pelo executivo usando apenas o primeiro nome, Parente tem respondido questionamentos enviados por funcionários pela rede interna da empresa e realizado encontros presenciais para responder perguntas, numa exposição atípica para um presidente de uma empresa como a Petrobras.

Em geral, o presidente busca apoio dos funcionários para implementar mudanças consideradas cruciais pela atual gestão para recuperar a saúde financeira da companhia, cuja dívida líquida encerrou o segundo trimestre acima de R\$ 330 bilhões. Dando atenção pessoal muitas vezes, Parente ainda explica aos trabalhadores declarações feitas à imprensa e medidas tomadas em outras esferas.

"O processo de comunicação que a empresa está fazendo é coisa de guerra mesmo. Está tentando estabelecer um vínculo de aproximação da alta administração com os trabalhadores", afirmou o líder sindical Deyvid Bacelar, que foi representante dos empregados no Conselho de Administração da Petrobras em 2015.

Os sindicatos argumentam que a venda de ativos não é a única forma de reduzir a dívida da empresa, principal motivação da atual gestão, e protestam contra a decisão da companhia de sair de diversos setores, como o de biocombustíveis.

Em entrevista à agência de notícias Reuters, no mês passado, Parente afirmou que a gestão da empresa tem sido muito respeitosa e transparente com sindicatos e funcionários, e que espera uma contrapartida.

### **Sem ofensas**

Em uma das manifestações de Parente na intranet da empresa, segundo documentos enviados à Reuters por Bacelar, o executivo explicou por que afirmou em uma reportagem que "houve um endeusamento do pré-sal", após um questionamento publicado pelo empregado.



"Hoje dispomos de um conjunto de informações inigualável sobre o pré-sal, e sabemos que, embora lá existam campos excepcionais e ela seja uma das melhores províncias do mundo, o fato de que um campo se situar no pré-sal por si só não garante a sua excelência", afirmou Parente, no canal interno.

Na mesma manifestação, Parente também explicou por que afirmou em uma entrevista que não poderia conceder "generosos aumentos" aos seus funcionários. Ele havia declarado que entre 2003 e 2014 a empresa concedeu aumentos superiores à inflação e dito que a situação financeira da empresa não permitiria isso agora.

"Lamento que a expressão tenha lhe ofendido, não é a minha intenção ofender ninguém", afirmou o presidente-executivo da Petrobras, na mensagem obtida.

Procurada para comentar o tema, a estatal não se manifestou.

### **Greve à vista**

Legalmente, os funcionários já podem iniciar a paralisação, uma vez que aprovaram em assembleias, no mês passado, o estado de greve. Entretanto, uma data ainda não foi marcada.

"A greve neste ano é inevitável, mas ela está sendo construída para que no momento adequado possamos deflagrar. O horizonte ainda não temos definido, tanto estrategicamente quanto por conta da necessidade de maior conscientização (dos funcionários)", explicou Bacelar.

Além de traçar estratégias, os sindicatos trabalham em parceria com outras categorias, com o objetivo de organizar uma greve nacional, contra o governo de Michel Temer, e diversas medidas que estão sendo tomadas por ele, como a aprovação do teto de gastos, conforme explicaram sindicalistas à Reuters.

## **Trabalhadores não querem mudança na jornada diária, indica pesquisa**

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Uma pesquisa realizada com usuários de site plataforma online de vagas de emprego indica que a maioria está satisfeita com a jornada diária de 8 horas e discorda de uma mudança na regra –seja para mais ou para menos.

Para 52,2% dos usuários do site Vagas.com, o ideal é trabalhar 8 horas por dia. Apenas 9,1% gostariam de uma jornada maior, e 35%, de uma carga entre 6 horas e 7 horas diárias.

Esse cenário, porém, não reflete o que acontece de fato na vida profissional. Menos da metade (43%) dos participantes disse trabalhar 8 horas por dia, enquanto 36,3% afirmaram ter uma jornada mais longa do que essa.

Recentemente, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, sugeriu flexibilizar a jornada diária, a exemplo do que acontece com trabalhadores da saúde, que chegam a ter



uma jornada diária de 12 horas em alguns dias da semana, sem exceder a carga total máxima de 48 horas semanais (as 44 horas normais mais 4 horas extras).

Embora o governo tenha adiado a reforma trabalhista para o final de 2017, um dos eixos já divulgados da proposta é dar maior peso aos acordos negociados entre trabalhadores e empresas, como aqueles que versam sobre a carga horária.

Hoje, muitas dessas negociações são invalidadas na Justiça por estabelecerem jornadas diferentes de 8 horas, afirmam defensores da reforma. Segundo eles, seria de interesse dos próprios trabalhadores ter maior flexibilidade para definir sua jornada.

"A questão é pensar em demanda de trabalho, e não em carga horária. Observamos que muitas empresas, especialmente de tecnologia, dão maior flexibilidade para os funcionários definirem suas horas com base na demanda de trabalho que recebem", diz Rafael Urbano, da área de inteligência de negócios do Vagas.com.

O levantamento foi feito de 28 de setembro a 5 de outubro com 1.659 usuários do site que estão empregados atualmente.

## **MOTIVAÇÃO**

A maioria dos entrevistados está desmotivada com sua vida profissional, tendência ligeiramente maior entre mulheres. Segundo a pesquisa, 39% dos respondentes estavam insatisfeitos, 36% satisfeitos e 25% indiferentes.

Entre mulheres, 41% se declararam extremamente desmotivadas ou desmotivadas. Já os homens se concentram no outro extremo: 40% se disseram motivados ou extremamente motivados.

Para Urbano, uma das razões que explica essa diferença é a dupla jornada das mulheres, que além de trabalharem em empregos formais também desempenham a maior parte das tarefas domésticas.

Outros motivos são a desigualdade de salários –em média, homens ainda ganham mais que mulheres– e o acesso mais difícil a promoções, que costumam acontecer mais rápido para eles, afirma Urbano.

## **Estados querem inclusão de Judiciário e Legislativo nas novas regras da aposentadoria**

19/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A inclusão dos estados na reforma da Previdência precisa se estender a todos os Poderes e não ficar limitada apenas ao Executivo. A ideia é defendida pelos governadores e tem a simpatia da equipe econômica.

Isso porque, ao englobar Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, a reforma ajudará a acabar com uma situação perversa que hoje limita a realização de investimentos e a aplicação de recursos em áreas importantes, como segurança pública e transportes.

Em vários estados, inclusive no Rio de Janeiro, o Executivo assumiu o pagamento de inativos e pensionistas de todos os Poderes. Segundo o especialista em finanças públicas Raul Velloso, isso reduz os recursos livres dos governadores.

“Inativos e pensionistas viraram uma conta a mais que ninguém quer pagar. Eles são empurrados para o Executivo. Existe uma disputa interna nos estados pelos recursos do Orçamento e para saber em cima de quem a conta vai incorrer”, reforça.

A pedido do jornal “O Globo”, Velloso e o consultor da Comissão de Orçamento da Câmara e ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim fizeram um levantamento sobre a situação do Rio de Janeiro.

No estado, as despesas com inativos e pensionistas de todos os Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) chegou a R\$ 13,345 bilhões em 2015. Desse total, R\$ 2,24 bilhões (16%) corresponderam aos órgãos autônomos. Segundo Velloso, isso demonstra que a reforma precisa englobar todas as esferas.

“Os Poderes têm de ser solidários no ajuste”, resume.

Ele lembra que os órgãos autônomos têm direito a uma fatia do Orçamento estadual. Ela é usada para pagar salários dos funcionários que estão na ativa. Nesse período, os reajustes salariais e ganhos de remuneração, que costumam ser mais generosos no Legislativo e no Judiciário, acabam impactando as aposentadorias no futuro e a conta do Executivo.

Velloso ressalta que a situação das despesas com saúde e educação também limita a ação dos governadores. Essas duas áreas têm vinculações obrigatórias, mas também não usam esses recursos para pagamento de aposentados.

### ***Déficit no Rio***

No Rio, os dados levantados por Velloso e Rolim mostram que o déficit com o pagamento de aposentados do Tribunal de Justiça saltou 80% entre o segundo trimestre de 2012 e o deste ano, chegando a R\$ 177 milhões.

Nesse mesmo período, o rombo do Executivo cresceu 48,5%, a R\$ 1,487 bilhão. No caso da Assembleia Legislativa (Alerj), a alta foi de 15,7%, para um déficit de R\$ 49,2 milhões. No Tribunal de Contas Estadual, o aumento foi de 38%, para R\$ 47 milhões.

Paralelamente, estudo do economista José Roberto Afonso, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), mostra que o Rio é o estado com a segunda menor proporção de gasto com o funcionalismo responsável por saúde, segurança, educação e administração. São 33,7% da receita destinada a essa despesa no Rio.

No Espírito Santo, a parcela é de 31,3%, e em São Paulo, de 34,5%. O maior gasto é no Tocantins: 60,3%. Dessa conta, estão excluídos inativos e outros poderes, como Judiciário e Legislativo.

Uma análise feita por Velloso com base nas despesas dos três estados em pior situação financeira — Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — mostra quão limitada é a margem de manobra dos governantes.

Segundo ele, em média, os órgãos autônomos desses locais respondem por 13% da receita corrente líquida (RCL); a educação, por 17,8%; e a saúde, por 10%. As demais vinculações ficam com 5,7% da RCL, e o serviço da dívida, com 13%. Somadas, essas fatias chegam a 59,6% da receita.

### **Previdência complementar**

A proposta de reforma da Previdência obriga todos os estados e municípios a criarem um sistema de previdência complementar (uma espécie de fundo de pensão) para seus servidores, em até dois anos.

A exigência valerá para os entes que têm regimes próprios de aposentadoria e englobará todos os poderes e seus respectivos órgãos, num fundo único.

Com isso, os novos funcionários que se aposentarem terão um benefício limitado ao teto do INSS (hoje em R\$ 5.189), e o que extrapolar será complementado por esse fundo, em regime de capitalização. Ainda pela proposta, quem não tiver condições para montar uma entidade própria poderá aderir ao fundo dos servidores do Executivo federal, o Funpresp.

O objetivo da medida é reduzir as despesas dos estados com aposentadorias no futuro. Atualmente, a média dos benefícios no Legislativo, Judiciário e demais órgãos (Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública) é muito superior aos valores pagos pelos Executivos em todas as esferas.

Com a criação de fundos de previdência complementar, a tendência é que, dentro de duas décadas, o valor médio das aposentadorias nas carreiras mais privilegiadas caia, explicou um interlocutor.

Segundo dados do Ministério do Planejamento, no Executivo federal, uma aposentadoria é, em média, de R\$ 7,458 mil. No Ministério Público Federal, chega a R\$ 17,904 mil. No Judiciário, a R\$ 25,7 mil, e no Legislativo, a R\$ 28,587 mil. Essa discrepância, dizem os técnicos, se repete nos estados.

### **Protesto contra juros na frente do BC em SP reúne cerca de mil pessoas, diz Força**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Cerca de mil manifestantes, segundo contagem do secretário-geral da Força Sindical, José Carlos Gonçalves, o Juruna, reuniram-se em frente à regional do Banco Central (BC), na Avenida Paulista, e protestaram por pouco mais de uma hora contra a elevada taxa básica de juro (Selic).

Não por coincidência, a manifestação foi convocada para esta terça-feira, 18, que marca o primeiro de dois dias do 202º Comitê de Política Monetária (Copom) que deverá, segundo expectativas de analistas do mercado, iniciar um ciclo de cortes da Selic após 15 meses sendo mantida em 14,25% ao ano.

“A manifestação foi pela redução da taxa de juro, que determina emprego, consumo e investimento nas áreas produtivas”, disse Juruna.

De acordo com o sindicalista, independente de o colegiado poder iniciar na quarta uma trajetória de cortes na taxa de juro de referência da economia, a sociedade precisa de uma demonstração real de que o governo está e vai tomar medidas que venham a valorizar o setor produtivo.

Juruna, que falou ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) em nome da Força Sindical (à qual pertence), CUT, UGT, CSB, NCST e CTB, disse ter consciência da existência da defasagem temporal de seis a nove meses entre uma decisão de política monetária e seu efeito na economia.

Mas reiterou a necessidade de mobilizar a sociedade para que apoie o movimento pela redução da taxa de juro no longo prazo.

O sindicalista informou ainda que na quarta-feira, 19, as centrais sindicais se reunirão na sede da CUT para definir um dia nacional de mobilização e paralisações para chamar a atenção e trazer a sociedade para seu lado para pressionar o Congresso Nacional, arena em que se darão os debates em torno das reformas propostas pelo governo Temer.

“Os debates se darão no Congresso e precisamos trazer a população para o nosso lado”, disse Juruna. O encontro na sede da CUT está previsto para começar às 14h30.

### **Indústria paulista demite 11.500 trabalhadores em setembro, revela Fiesp**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A indústria paulista demitiu 11.500 trabalhadores em setembro, o que representa uma queda de 0,49% no nível de emprego em relação a agosto, em termos dessazonalizados, divulgou nesta terça-feira, 18, o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp). Na série sem ajuste sazonal, o recuo na margem foi de 0,51%.

Com esse resultado, a indústria paulista acumulou uma perda de 29 mil vagas no terceiro trimestre e de 86 mil postos neste ano. O diretor titular do Depecon, Paulo Francini, considerou que o ritmo de queda diminuiu, mas ainda continua a haver cortes. “O que se quer é que não haja demissões”, disse.

O Depecon ainda continua projetando o fechamento de 165 mil vagas em 2016, o que, somando com as 235 mil demissões do ano passado, resulta em uma perda total de 400 mil vagas em dois anos. “É uma tragédia e que ainda não chegou ao final”, sinalizou Francini.

Dos 22 setores que integram a pesquisa, em setembro houve recuo em 13, com destaque, em valores absolutos, para o setor de veículos automotores, reboques e carrocerias, que teve saldo negativo de 3.108 vagas, e para máquinas e equipamentos, com corte de 2.714 postos de trabalho.

Quatro setores ficaram estáveis e ainda cinco apresentaram comportamento positivo, com melhor desempenho do segmento de produtos minerais não metálicos, com 174 vagas criadas.

Na divisão regional, 25 das 36 diretorias tiveram recuo em setembro, em dez houve comportamento positivo, e um ficou estável. A maior variação negativa ocorreu em Santo André (-4,14%) e Matão teve a maior alta (2,6%).

### **Indústria só volta a crescer em 2018, diz CNI**

19/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, prevê que a indústria nacional só volte a crescer daqui a um ano e meio. “Em 2016 nós paramos de perder, em 2017 vamos começar a plantar, mas o crescimento mesmo da indústria, só em 2018”, afirmou, após almoço com representantes do governo brasileiro e industriais japoneses, na federação industrial japonesa, o Keidanren.

Segundo ele, dois fatores devem dificultar uma retomada mais precoce da atividade.

O primeiro é a fraqueza do mercado interno, que enfrenta a pior recessão da história brasileira e uma taxa de desemprego que ainda deve superar os 13% no começo do ano que vem.

O outro é a fraqueza das exportações brasileiras, que dependem de negociações do governo para abrir mercados.

A balança de produtos manufaturados com o Japão, por exemplo, apresenta um deficit enorme para o Brasil: o país exporta US\$ 700 milhões e importa US\$ 4,8 bilhões (dados de 2015).

A CNI quer que o governo pressione o Mercosul a abrir negociações para um acordo de livre comércio com o Japão. Se os outros membros do bloco não estiverem preparados para isso, o Brasil deve achar "uma solução pragmática" para iniciar sozinho as tratativas, diz documento da entidade.

A CNI quer também que o governo trabalhe pelo estabelecimento de acordos de reconhecimento mútuo (ARM), que reduzam a burocracia, os custos e os prazos nos despachos aduaneiros.

O Brasil ainda não tem nenhum ARM com parceiros comerciais, enquanto o Japão os têm com Canadá, Coreia do Sul, EUA, Malásia, Nova Zelândia, Singapura e União Europeia, e deve concluir em breve acordos com China e Suíça.

Andrade disse que a interlocução com o governo atual é melhor que com o governo anterior, da ex-presidente Dilma Rousseff, principalmente porque Temer e sua equipe têm melhor trânsito no Congresso. Durante o processo de impeachment, a CNI foi uma das poucas entidades empresariais do país que se manteve neutra.

### **Fiesp pede que BNDES não devolva recursos ao Tesouro, mas banco rebate**

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Federação da Indústria do Estado de São Paulo apresentou nesta terça-feira (18) uma agenda de propostas para o BNDES para alavancar dinheiro para o setor.

Entre as medidas sugeridas no documento estão a não devolução antecipada de recursos do BNDES para o Tesouro Nacional, um dos modos previstos pela equipe econômica do governo Michel Temer para alcançar a meta fiscal.

Para a entidade, esses recursos deveriam ser redirecionados para crédito à indústria, na forma de capital de giro, emissão de debêntures e refinanciamento de dívidas vencidas com o banco, por exemplo.

A divulgação ocorreu em encontro entre Paulo Skaf, presidente da Fiesp, e Maria Sílvia Bastos Marques, presidente do BNDES, na sede da entidade, em São Paulo, diante de um público de empresários e associações setoriais.

Maria Sílvia afirmou que a agenda da Fiesp é a "agenda do BNDES", mas já rebateu alguma das propostas. "Do ponto de vista do país, essa devolução [para o Tesouro] é essencial para diminuir a dívida pública e retomar a confiança", disse a presidente do banco.

"Temos que ter cuidado porque subsídio não resolve tudo", afirmou.

Aumento do limite do cartão BNDES para pequenas e médias empresas e retorno à exigência de conteúdo local mínimo de 60% para financiamentos concedidos pelo banco são outros itens da agenda da indústria.

## **CONCESSÕES**

Com o novo pacote de concessões lançado pelo governo, o BNDES deve recuperar o papel protagonista que teve na época das privatizações dos anos 1990, afirmou Maria Silvia. "Vamos atuar de modo completo, da contratação do consultor [para desenhar o projeto] ao contrato de concessão", afirmou.

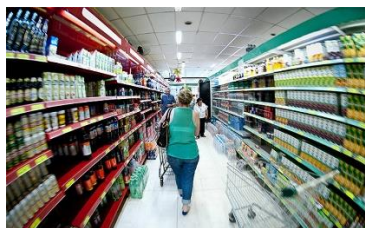
O leilão de distribuidoras, da Lotex e de projetos de financiamento já está sendo feito nesses moldes, disse.

Ela reconheceu, porém, que o governo terá problemas para atrair investidores no atual cenário econômico. "Nesse primeiro momento acreditamos que o mercado privado não virá da forma que queríamos que viesse", disse.

Ela voltou a falar do programa de concessões estaduais com foco em projetos de saneamento, cuja adesão está sendo grande, diz. Eficiência energética, iluminação pública e resíduos sólidos devem ser as próximas prioridades do banco.

## **Quedas na indústria e no varejo indicam atraso na saída da recessão**

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O fim da recessão econômica, antes previsto para a segunda metade deste ano, corre o risco de ser adiado. Dados mais fracos do que o esperado sobre a atividade divulgados nas últimas semanas têm levado economistas a rever suas projeções.

A queda verificada na produção industrial e nas vendas do comércio em agosto faz com que muitos já prevejam que a economia pode repetir, no terceiro trimestre deste ano, o tombo observado nos três meses anteriores. Alguns já preveem que há risco de a saída da recessão ficar apenas para 2017.

Apesar disso, fatores como o recuo mais recente da inflação e o provável início do corte da taxa básica de juros pelo Banco Central, previsto para esta quarta-feira (19), deverão impulsionar a economia a partir do ano que vem, preveem analistas.

Divulgado nesta terça, o número de vendas no varejo mostrou uma queda de 0,6% em agosto ante julho. Quando se adicionam os setores de automóveis e construção civil, o recuo verificado é mais intenso e chega a 2%.

O número surpreendeu negativamente analistas, que previam uma queda menor. A persistente queda da ocupação de trabalhadores, repetida no trimestre encerrado em agosto, e o encolhimento adicional do crédito comprometeram o desempenho do setor. Com isso, o Bradesco reviu para baixo, pela segunda vez, o PIB do terceiro trimestre.

Os economistas do banco esperam uma queda de 0,8% no período, o que, se confirmado seria uma contração mais acentuada do que a vista no segundo trimestre.

Para o quarto trimestre as projeções do banco também se deslocaram para o terreno levemente negativo, na estimativa do banco (-0,2%).

Alberto Ramos, do Goldman Sachs, lembra que a crise fiscal dos Estados se soma ao contexto negativo para o consumo, devido a atrasos nos pagamentos de servidores e aposentados. Ele teme que a melhora da confiança, observada desde a mudança da política econômica, pode não se sustentar se a decepção com a atividade persistir.

"Houve uma melhora, mas ainda temos que nadar muito para chegar até a costa", diz. Ainda que preveja uma estabilização do PIB no quarto trimestre (+0,1%), Ramos afirma ter a sensação de que o cronograma mudou com os dados recentes. "A recuperação atrasou. Há dois, três meses, o otimismo era maior."

Essa também é a opinião do ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartzman, colunista da Folha e sócio da consultoria Schwartzman & Associados.

"Acho que a recuperação está mais longe. Não é impossível que ela comece no quarto trimestre, mas se tornou menos provável", diz. "Pode soar apenas como um ajuste de projeção, mas significa três meses a mais de desemprego para muitas pessoas."

Fernando Montero, economista da corretora Tullett Prebon Brasil, concorda que os números recentes decepcionam. Mas diz ver, como contrapartida, uma história mais forte de recuperação a médio prazo, com medidas de controle dos gastos públicos, queda da inflação e corte de juros.

"A primeira votação do teto de gastos do governo nos surpreendeu positivamente e tem potencial importante para elevar a confiança e mostrar um caminho de solução para o fiscal. Se isso tiver continuidade, o médio prazo será melhor", afirma Mauro Schneider, da consultoria MCM.

O ritmo lento de retomada, diz ele, deve se estender até meados de 2017, quando se espera a volta do emprego.

## **Empresários querem acordo com Alemanha contra dupla tributação**

19/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

Empresários brasileiros defendem um acordo entre Brasil e Alemanha para evitar a dupla tributação nas transações entre os dois países. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostrou-se favorável a um tratado deste tipo nesta terça (18) durante reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, na cidade de Weimar, Alemanha.

As informações são da Agência Brasil. O objetivo do acordo seria facilitar investimentos evitando a bitributação, ou seja, incidência dos mesmos impostos nos dois países.

Segundo a CNI, uma pesquisa junto a 40 transnacionais brasileiras apontou a Alemanha como um mercado prioritário para a negociação deste modelo de tratado.

A comissão de empresários dos países reúne-se paralelamente a um encontro do setor privado promovido pelos ministérios das Relações Exteriores, do Brasil, e Federal da Economia e Energia, da Alemanha.

O Itamaraty sinalizou disposição para negociar o acordo com a Alemanha, mas há uma resistência de ambos os governos, em razão de cada país adotar o seu próprio modelo de acordo para evitar a bitributação.



A Alemanha segue o padrão da OCDE (Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico), diferente do utilizado pelo Brasil. Segundo o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey, o Brasil negocia um modelo intermediário ao da OCDE com a Suíça e a Polônia.

## **Inda acredita em novo aumento de preços de todas as siderúrgicas até novembro**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Depois de a CSN anunciar um aumento de preços de 5% para toda a linha de produtos a partir do início de novembro, o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, acredita que aumentos da mesma ordem por parte de todas as usinas siderúrgicas poderão ocorrer.

“A única que declarou oficialmente é a CSN, mas outras usinas também estão mandando sinais de que farão, possivelmente até antes, entre os dias 28 e 31”, declarou.

A explicação para a alta, que será a quarta do ano, é a disparada dos preços do carvão, o que afeta o custo de produção nos alto-fornos. Em outubro deste ano, o preço do carvão no mercado spot na Austrália alcançou mais de US\$ 230 por megatonelada, preço FOB, um aumento de cerca de US\$ 150 por megatonelada desde os últimos repasses aos preços no mercado de aço brasileiro no meio do ano.

De acordo com Loureiro, cada tonelada de aço produzida em alto-forno exige em média 600 quilos de carvão, o que resulta numa elevação de custo de US\$ 90 por tonelada no aço.

“O preço do carvão consumiu o spread que vinha sendo conseguido depois das últimas altas de preço”, diz. “É por isso que não tem como não haver novos aumentos”, ponderou.

O executivo afirma, porém, que a CSN é a mais exposta a esse efeito porque faz suas compras majoritariamente no mercado spot.

Outras usinas, afirma, tendem a sentir um impacto mais gradual dessa alta no preço do carvão porque tem contratos trimestrais. Ainda assim, também nesses contratos, os preços do carvão já refletem parte da alta do mercado spot.

A justificativa para a pressão de preços do carvão é a redução da oferta e o executivo avalia que uma retomada capaz de reduzir novamente os preços não deve ser imediata. Com isso, a pressão de custos para as usinas deve permanecer até o próximo ano.

“Só esperamos que o repasse seja feito de forma igualitária a toda a cadeia, incluindo os clientes industriais e não apenas os distribuidores”, critica.

### **Importação**

Apesar da expectativa de aumento de preços no mercado doméstico, Loureiro não acredita que haja espaço para crescimento das importações neste ano.

Depois de uma elevação nas importações em setembro ante agosto, impulsionada por embarques de laminados a quente, o executivo acredita que as compras externas não devem voltar a ocorrer em grande volume.

Parte da explicação é o temor dos distribuidores com relação a investigação feita no Brasil de suposta prática de dumping da Rússia e da China.

“Ninguém está querendo trazer agora porque há o risco de que seja declarado o dumping nos próximos 30 dias”, afirma ele, lembrando que isso resultaria em dificuldades para tirar as mercadorias dos portos.

### **Consumo**

Em uma primeira previsão para o setor siderúrgico brasileiro no próximo ano, Loureiro avaliou que espera crescimento no consumo aparente de aço da ordem de 5% ante 2016.

Embora as projeções da entidade ainda não tenham sido finalizadas, ele avaliou que um crescimento pode ocorrer em 2017, caso haja maior demanda do setor de infraestrutura.

Em 2016 até setembro, o setor registra uma queda de 20% no consumo aparente na comparação com 2015, mas a maior parte desse recuo ocorreu nos primeiros meses do ano, durante janeiro e fevereiro.

A rede de distribuição, por sua vez, viu suas vendas caírem 5,4%, também entre janeiro e setembro na comparação anual, o que Loureiro enxerga como resultado de um ganho de participação do canal distribuidor.

Mantido o cenário atual da distribuição, a expectativa é de que 2017 poderia trazer uma retomada de crescimento, da ordem de 7%, nas vendas.

O cenário de 2016, porém, segue nebuloso. Depois de um começo de ano fraco, o presidente do Inda avaliou que as vendas haviam “parado de piorar” durante os últimos cinco meses, mas agora projeta um desempenho mais fraco para outubro.

O Inda acredita que as vendas e as compras da rede de distribuição em outubro devam cair cerca de 2% ante setembro, depois de terem ficado relativamente estáveis em setembro ante agosto.

Em termos anuais, a expectativa do Inda para o mês atual representa um recuo de mais de 10% nas vendas, que atingiriam assim 246 mil toneladas. A demanda fraca de setores como autopeças e o de construção explicam a projeção ruim.

Apesar disso, a possibilidade de alta de preços por parte das usinas em novembro pode acabar estimulando as vendas em outubro, diz Loureiro. “Sempre há uma venda na tentativa de o comprador se antecipar e evitar a alta”, comenta.

## **Governo quer fatiar código mineral e ampliar oferta de áreas**

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa, disse nesta terça-feira (18) que o governo iniciará um esforço para atrair novos investimentos para o setor de mineração.

Uma das propostas é redefinir o debate sobre o marco regulatório do setor, proposto pelo governo Dilma ao Congresso em 2013 e ainda parado.

Em outra frente, pretende criar uma espécie de calendário de oferta de áreas para mineração, disponibilizando ao mercado concessões que estão hoje paradas por razões burocráticas ou perda de interesse dos investidores.

De acordo com Pedrosa, o fatiamento do marco regulatório tem como objetivo agilizar as discussões.

"Temos a impressão de que a quantidade de assuntos é tão grande que não se consegue um consenso", afirmou Pedrosa, em entrevista após a abertura do Congresso Mundial e Mineração, no Rio.

A ideia é dividir o projeto em três blocos: institucional, que trata da agência reguladora para a mineração; tributário, que trata dos royalties da mineração; é um terceiro com a definição de regras para o funcionamento do setor.

"Precisamos reorganizar a discussão", defendeu, alegando que o cenário atual gera incertezas para o investidor.

Segundo ele, o governo quer definir a nova proposta de discussão do código mineral ainda em 2016.

Pedrosa evitou antecipar o posicionamento do governo sobre a elevação dos royalties da mineração, um dos temas mais sensíveis nesse debate.

Disse apenas que o tema terá de ser debatido com todas as partes —Estados e municípios defendem o aumento enquanto mineradoras alegam que reduz competitividade.

O setor de mineração foi incluído no Plano de Parcerias e Investimentos (PPI), com quatro áreas que serão licitadas em 2017.

Diferentemente do setor de petróleo, porém, os leilões de mineração não terão bônus para a aquisição das áreas, vencendo a empresa que se dispuser a fazer o maior volume de investimentos na exploração.

A ideia é realizar os leilões no segundo trimestre. Duas das áreas têm jazidas de cobre, chumbo e zinco, outra tem carvão e a quarta, potássio.

Além disso, o governo pretende ofertar, ainda no primeiro trimestre, 8.000 licenças que estão paradas atualmente, de um total de 25 mil áreas identificadas pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM).

Pedrosa disse que o objetivo é passar a ofertar áreas com maior frequência, para tentar retomar o investimento no setor.

## **Fenabreve prevê alta de 5% nas vendas de autos e leves em 2017**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A venda de automóveis e comerciais leves novos no Brasil deve crescer 5% em 2017 na comparação com 2016, estimou nesta terça-feira, 18, o presidente da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), Alarico Assumpção Jr.

Para o segmento de caminhões, a expectativa do executivo é de expansão de 6% a 8%. São as primeiras projeções da entidade para o ano que vem.

“A Fenabreve tem crença muito positiva com o governo atual, no que diz respeito a sua política econômica. Temos a certeza de que hemorragia foi estancada e de que dias melhores virão”, afirmou o executivo, que participa de evento do setor automotivo em São Paulo. “Mas só voltaremos a ter volumes superiores a 3 milhões de unidades em 2020 e 2021”, ponderou.

A previsão da Fenabreve para o segmento de autos e leves em 2016 é de 1,99 milhões de unidades, baixa de 19,5% em relação a 2015.

Segundo Assumpção, o mês de outubro tem apresentado, considerando todos os segmentos, um ritmo diário de vendas de 7,6 mil unidades, semelhante à média de setembro. Para novembro e dezembro, ele acredita que o mercado deve superar os resultados de iguais meses do ano passado.

“O pessoal (das concessionárias) está tendo mais confiança. Mesmo que não esteja realizando negócios, está sendo mais procurado.

As lojas, ainda que em um patamar muito pequeno, estão sendo mais visitadas”, explicou, citando também o Salão do Automóvel, que ocorrerá em novembro e deve trazer lançamentos de veículos.

Na segunda-feira, 17, no mesmo evento, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, disse, em vídeo exibido aos participantes, que espera um crescimento próximo de dois dígitos para o mercado de veículos, considerando todos os segmentos. A previsão da Anfavea para este ano é de baixa de 19%.

### **Compras de aço pela rede de distribuição crescem 14,7% em setembro, diz Inda**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

As compras de aço pela rede de distribuição em setembro subiram 14,7% em relação ao mesmo mês de 2015, totalizando 263,2 mil toneladas, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira, 18, pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Em relação a agosto, as compras caíram 0,5%.

O volume inclui chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, chapas zincadas a quente, chapas eletro-galvanizadas, chapas pré-pintadas e gavalume.

Já as vendas de aços planos realizados pela rede de distribuição alcançaram 251,3 mil toneladas no mês passado, o que significou um avanço de 1,7% ante setembro de 2015. Na comparação com agosto, foi registrada uma queda de 0,7%.

Com esse desempenho, os estoques da rede de distribuição ficaram em 895,2 mil toneladas em setembro deste ano, o que representou um aumento de 1,3% na relação mensal. O giro dos estoques ficou em 3,6 meses em setembro, alta ante os 3,5 meses de agosto.

As importações da rede caíram 27,4% na relação anual, para 62,9 mil toneladas em setembro. Ante agosto, por outro lado, as importações tiveram alta de 41%.

Para outubro, o Inda projeta que tanto as vendas quanto as compras devem recuar 2%.

## Com apetite e dinheiro no bolso, investidores chineses "invadem" o Brasil

19/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Os chineses desembarcaram com tudo no Brasil, impulsionados principalmente pelo câmbio favorável e pela necessidade das empresas envolvidas na Operação Lava Jato de venderem seus ativos para fazerem caixa.

A verdade é uma: onde há crise, há chineses. Com dinheiro no bolso e muito apetite, os investidores asiáticos chegaram de olho principalmente em aquisições na área de infraestrutura.

O primeiro movimento já se consolidou no setor elétrico. Com o plano ambicioso de investir US\$ 50 trilhões até 2050 para interligar o parque energético mundial, a estatal chinesa State Grid opera hoje no Brasil 7 mil quilômetros de linhas de transmissão e tem outros 6,6 mil em construção.

E não para por aí. Em junho a empresa anunciou a compra da fatia da Camargo Córrea na CPFL, distribuidora paulista de energia. Agora ampliou a oferta aos demais controladores – o Previ, fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil e a Bonaire, companhia de participações formada por fundos de pensão como Funcesp, Petros, Sistel e Sabesprev.

Os controladores já sinalizaram positivamente. Caso a aquisição seja confirmada, será a maior já feita na história do setor elétrico brasileiro, avaliada em mais de R\$ 25 bilhões.

Já a China Three Gorges (CTG), que opera a hidrelétrica de Três Gargantas (a maior do mundo), entrou no Brasil em 2013 com a aquisição de ativos da portuguesa EDP. No ano passado, pagou R\$ 14 bilhões na compra das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, e se tornou a segunda maior geradora privada de energia do país.

Neste mês, a companhia confirmou a aquisição de todos os ativos da Duke Energy no Brasil por US\$ 1,2 bilhão (cerca de R\$ 3,8 bilhões). A compra inclui oito usinas hidrelétricas, com capacidade total de 2.057 megawatts (MW), localizadas na divisa do Paraná com o estado de São Paulo, além de duas pequenas centrais hidrelétricas, cada uma com capacidade de 16,5 MW, localizadas no Rio Sapucaí Mirim, no norte de São Paulo. Após a aquisição ser concluída, a chinesa se tornará líder no segmento.

### **Tratativas**

Interessado o no tamanho do bolso chinês, o governo brasileiro tem apostado nas conversas para atrair mais investimentos. Durante o encontro com o G20, primeira viagem oficial de Michel Temer como presidente, em setembro, o Planalto apresentou aos chineses o pacote de concessões de infraestrutura (PPI). Segundo o governo, os chineses manifestaram interesse em participar das concessões em áreas como ferrovias, rodovias, portos e aeroportos.

“É uma combinação lógica. O governo brasileiro precisa de dinheiro. Existe uma lacuna para fazer parte desses novos projetos de privatizações. Os chineses têm recurso e

vão entrar com o capital. E interessa muito para o Brasil esses recursos”, avalia o professor em economia chinesa do Insper, Roberto Dumas Damas.

O interesse chinês por infraestrutura é estratégico. Maior parceiro comercial do Brasil, o país asiático é o principal destino da produção agrícola brasileira. Entre janeiro e setembro deste ano, as empresas brasileiras embarcaram US\$ 28,9 bilhões em mercadorias com destino à China, segundo dados do Camex.

Um dos projetos de interesse dos chineses é a gigantesca ferrovia Bioceânica, lançada pela então presidente Dilma Rousseff (PT) para ligar o Brasil ao oceano Pacífico. Desde o ano passado, a China Railway Eryuan Engineering Group está desenvolvendo um estudo de viabilidade para o trecho.

### **Brasil e China criam fundo de R\$ 20 bilhões para infraestrutura**

Com objetivo de financiar projetos prioritários de infraestrutura no país, os governos do Brasil e da China assinaram, na semana passada, um memorando de entendimento para a constituição de um fundo de investimentos com US\$ 20 bilhões, sendo até US\$ 15 bilhões de capital chinês e até US\$ 5 bilhões brasileiro. O acordo foi fechado após a visita do presidente Michel Temer à China em setembro.

De acordo com o governo brasileiro, os setores que poderão receber recursos do fundo são logística, energia e recursos minerais, tecnologia avançada, agricultura, agroindústria e armazenagem agrícola, manufatura e serviços digitais e alguns outros segmentos.

“São projetos que serão realizados aqui no Brasil, e os US\$ 20 bilhões serão aportados nos projetos, à medida que eles sejam aprovados, com fontes variadas. Poderão haver recursos do FI-FGTS, do BNDES e de captação no setor privado.

Trata-se de um mecanismo de coordenação dos recursos para viabilizar os projetos”, explicou o ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira.

O fundo será estabelecido como uma triagem de investimentos e um mecanismo de aprovação, e não como uma entidade constituída (na forma de empresa, sociedade ou outras formas) em qualquer jurisdição. Os investimentos poderão assumir formas de *equity investment*, *debt investment*, *funds*, entre outros modelos.

## **Paranaense vai relatar reforma tributária e quer acabar com cinco impostos**

19/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O deputado federal e ex-secretário da Fazenda do Paraná Luiz Carlos Hauly (PSDB) é o novo relator da reforma tributária que está em discussão em Brasília desde o ano passado. O paranaense entra para substituir André Moura (PSC), indicado pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), quando foi instalada a comissão para debater o assunto. A ideia é rever a PEC 31 apresentada pelo deputado Virgílio Guimarães (PT) em abril de 2007.

Hauly quer incluir várias mudanças à proposta inicial, entre elas a abolição do ICMS, IPI, ISS, COFINS e IOF e a implantação do Imposto sobre o valor agregado (IVA),



seguindo o modelo unificado de tributação aderido pelos Estados Unidos, Europa e Canadá. O objetivo, segundo o deputado, é simplificar a estrutura tributária a fim de torná-la mais transparente.

Outro ponto é a isenção total de tributos nos alimentos e remédios. De acordo com o relator, 57% dos impostos no Brasil provêm do consumo. O político destaca que a ideia é transferir aos poucos esse percentual para a renda, que corresponde a 21% da arrecadação. "Precisamos romper com o modelo anárquico e caótico que temos", defende.

Para Haully, um dos fatores que mais atravancam a reforma tributária é a dificuldade em encontrar uma maneira justa de distribuir as arrecadações entre as regiões brasileiras.

Na visão do deputado, a criação de um sistema único de administração tributária e a divisão do bolo nacional entre os estados com base na representatividade de cada um no PIB – sob os moldes do índice do ICMS dos Municípios – poderão ajudar a resolver esse problema e a combater a guerra fiscal entre os estados.

Para beneficiar a indústria, a proposta é extinguir impostos sobre máquinas e outros ativos fixos das empresas. O documento também sugere o fim da taxa sobre exportações.

O deputado, que foi relator da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas durante o governo Lula, destaca que o pequeno empresário não será deixado de lado. Pela nova proposta, os microempreendedores seguiriam com o mesmo tratamento tributário, fiscal e creditício.

### ***Problema antigo***

Discutido há quase três décadas, o problema da reforma tributária é um dos mais controversos da economia nacional. Não é por acaso: o país conta com mais de 60 tributos federais, estaduais e municipais desencadeando uma burocracia tão grande que, segundo um estudo do Doing Business, do Grupo Banco Mundial, uma empresa gasta, em média, 2,6 mil horas para pagar seus impostos.

Outro agravante é o fato de a arrecadação no país ser pautada em um sistema que cobra mais impostos sobre a produção e o consumo de bens e serviços do que sobre a renda e o patrimônio. É isso que faz com que em torno de 55% do preço de uma garrafa de água mineral, por exemplo, sejam revertidos em impostos.

Por isso, não é a primeira vez que um governo tenta criar um sistema mais simples, eficiente e igualitário. Várias propostas de emendas constitucionais tramitam no congresso para solucionar a questão e a PEC 31 é uma delas.

É trabalhando sobre este documento e propondo alterações que conversem com as perspectivas do atual governo que o deputado paranaense pretende ajudar a encerrar a questão. Otimista, ele acredita que as novas propostas terão ampla adesão em Brasília. "Até agora, eu só vi gente a favor", garante.

## **Paraná solicita ao Tesouro aval para pedir R\$ 1,6 bilhão em empréstimos**

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Paraná espera que em 30 dias o Tesouro autorize um financiamento de US\$ 67 milhões (R\$ 213,2 milhões) do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para investimentos em segurança pública, afirmou nesta terça-feira (18) o governador do Estado, Beto Richa (PSDB).



Segundo Richa, que se reuniu com a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, outros empréstimos, como US\$ 150 milhões (R\$ 477,3 milhões) para a infraestrutura de municípios paranaenses e US\$ 300 milhões (R\$ 954,7 milhões) para rodovias, também serão avaliados.

Nesses casos, ainda há etapas a serem cumpridas, como aprovação na Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

"O Paraná tem capacidade de pagamento. Atendemos a todas as exigências técnicas e legais, somos um dos poucos Estados que elevaram o rating [nota que revela a capacidade de pagamento], e uma das exigências do Tesouro para aprovar o financiamento é que os Estados tenham pelo menos rating B para operações de crédito", disse Richa. Ele afirma que, após reavaliação o rating paranaense passou de C para B.

Também no prazo de um mês, o Paraná espera que o Tesouro dê o aval para uma operação de renegociação de juros em uma dívida que possui com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

De acordo com Richa, entre 2011 e agosto de 2016 o Estado foi o penúltimo no ranking dos que mais tiveram autorizações do Tesouro para tomar empréstimos em organismos internacionais.

"Isso será levado em consideração para priorização do Paraná, que foi muito perseguido pelo governo anterior", disse Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda do Paraná.

### **Visões diferentes sobre orçamento dificultam acordo entre governo e servidores no PR**

19/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

***Em reunião hoje com representantes sindicais, Executivo pretende mostrar que é impossível dar reajuste pelo cenário adverso. Trabalhadores dizem que proposta orçamentária subestimou a receita e que há espaço para o pagamento***



Governo e servidores estaduais se reúnem nesta quarta-feira (19) para debater o orçamento de 2017 com posições já consolidadas e opostas sobre a situação financeira do Paraná. A questão é crucial para solucionar o impasse sobre o reajuste do funcionalismo previsto para janeiro do ano que vem.

Algumas categorias, como professores e policiais civis, entraram em greve após o Palácio Iguazu encaminhar uma proposta de emenda ao orçamento suspendendo o pagamento da data-base.

Na reunião de hoje, o governo pretende sensibilizar os servidores das dificuldades econômicas que atingem o Paraná. Mas os servidores argumentam que, mesmo com

a recessão, há espaço orçamentário para cumprir os acordos firmados em 2015, que escalonaram a reposição inflacionária dos últimos anos.

Para 2017, o Executivo prevê estagnação no Produto Interno Bruto (PIB) e ampliação da receita em torno de 6,7%. Os trabalhadores citam dados do Banco Central e indicadores de emprego para sustentar que o PIB vai crescer e, com isso, a arrecadação seria maior do que a estimada, permitindo o pagamento do reajuste previsto para janeiro de 2017.

“Reconhecemos que há uma recessão. Sabemos do impacto disso na receita do estado. Mas, mesmo diante desse cenário, há condições de pagamento”, afirmou o economista Cid Cordeiro, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que assessora o Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Com base em dados de emprego, renda, produção industrial e vendas do comércio, entre outros, o Dieese projeta que a pior fase da recessão já passou, e que deve ocorrer uma recuperação gradual, ainda que lenta. “A arrecadação do estado cresceu mesmo durante a recessão e, com a recuperação da economia, ela deve ser maior”, disse.

Segundo Cordeiro, uma das divergências com a Secretaria da Fazenda é a projeção com base na regressão. “Ela funciona bem quando há estabilidade, mas em picos e baixas esse sistema contamina as estimativas para o futuro”, afirmou.

No Projeto de Lei Orçamentária de 2017 (PLOA) encaminhado à Assembleia, o governo prevê crescimento zero do PIB, inflação acumulada de 5,4%, taxa de juros de 11% e câmbio em R\$ 3,55.

Foram usadas informações disponíveis no primeiro semestre, mas as projeções atualizadas são um pouco mais otimistas. Segundo o boletim Focus do Banco Central de 14 de outubro, a previsão é de 1,3% de crescimento do PIB, inflação em 5%, câmbio em R\$ 3,40 e juros de 11%. O mercado também aponta para crescimento da produção industrial.

O economista Sandro Silva, também do Dieese, ressalta que os resultados econômicos dependem de ações do governo federal, mas que há sinais positivos, como o mercado de trabalho. “Há sinalização de estabilização do desemprego”, explicou.

### ***“Dados realistas”***

Os números que serão apresentados nesta quarta aos servidores são realistas, adiantou o secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa. Levantamento da pasta sustenta que o Paraná foi o único estado a conceder reajuste geral em 2016 e que muitos estados estão atrasando o pagamento de salários e nem terão condição de quitar o 13.º salário.

Com a apresentação, o governo pretende sensibilizar os servidores. “Não está se retirando direitos dos servidores, mas sim postergando para um momento de disponibilidade financeira”, argumentou.

Representante dos professores estaduais, o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, sustenta que falta vontade política do governo para dialogar. Os servidores dizem que já arcaram com o ajuste fiscal implantado pelo governo a partir de 2015 e que, sem o pagamento do reajuste em janeiro, terão uma perda em 2017 equivalente ao 13.º salário.

O encontro com os servidores vai ocorrer no auditório da Celepar, às 14 horas, no Bom Retiro, em Curitiba.

## **MATEMÁTICA DO REAJUSTE**

Governo e servidores se reúnem nesta quarta-feira para debater as finanças do estado e as expectativas de cada lado. Veja o que cada um defende:



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

### **GOVERNO ESTADUAL**



## **FÓRUM DOS SERVIDORES**

### **Valores**

Governo

Alega não ter como quitar o reajuste geral em 2017, estimado em R\$ 2,1 bilhões. Propõe pagar R\$ 1,37 bilhão em promoções e progressões em 2017.

Servidores

Diz que governo está subestimando receita, e que há espaço para pagar reajuste, que seria de R\$ 1,9 bilhão. Os atrasados são dívidas. Entendimento do Tribunal de Contas também é esse.

### **Receitas**

Governo

A projeção do estado para 2017 é que as receitas correntes totalizem R\$ 47,9 bilhões em 2017.

Servidores

O governo está subestimando a capacidade arrecadatória em um cenário de lenta recuperação econômica.

### **PIB**

Prevê estagnação, com crescimento real do PIB do Paraná e do Brasil igual a zero. Projeções recentes do Boletim Focus e do Iparides indicam crescimento do PIB do Paraná em 1,5% e do Brasil em 1,3%.

### **Despesa com pessoal**

Entendimento do TC mudou cálculo de despesa com pessoal, e dívida previdenciária passou a constar da rubrica. O governo contesta.

Pagamento dos atrasados não entra no cômputo de gasto com pessoal. A despesa com pessoal pode crescer na medida em que a receita for maior do que a estimada.

### **Estimativa de gasto com pessoal**

Com a inclusão da dívida previdenciária, o gasto com pessoal chegaria a 51,35% em 2017, mesmo sem reajuste, superando o teto de 49%.

Gasto com pessoal tem margem para crescimento, já que há expectativa de receita maior e considerando que os atrasados não entram na rubrica.

### **Despesas correntes**

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, em tramitação no Senado, vai limitar o crescimento das despesas correntes à variação da inflação.

Mais uma vez, diz que valores de promoções e progressões atrasadas não entram na conta das despesas correntes.

## **Arrecadação**

De janeiro a setembro, o Paraná arrecadou R\$ 526 milhões a menos do que previa. Até dezembro, a receita realizada deve ser de R\$ 1,06 bilhão a menos do que o previsto. Recessão foi forte e arrecadação não foi tão boa quanto se previa, mas teve crescimento de 10% em relação a 2015, no período janeiro a agosto.

## **Contexto**

O Paraná foi o único estado que deu reajuste geral em 2016, enquanto outros estão atrasando pagamento de salários e não terão condições de pagar 13º salário.

Os servidores já arcaram com 70% do ajuste fiscal, quando o governo parou de depositar R\$ 140 milhões mensais na Paraná Previdência, e dizem que já deram sua contribuição para ajudar as finanças do Paraná.

## **Eólicas podem suprir 20% da energia do mundo até 2030**

19/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

### ***No embalo do crescimento do setor, deverão ser criados 2,4 milhões de novos empregos***



Dentro de 14 anos, as turbinas eólicas espalhadas na terra e no mar deverão suprir 20% de toda a demanda mundial por energia. A projeção é do relatório sobre o futuro da energia eólica no mundo, do Global Wind Energy Council (GWEC).

Até 2030, a energia eólica poderia chegar a 2.110 GW, sendo responsável por até 20% da energia mundial. No embalo desse crescimento, o setor poderá criar 2,4 milhões de novos empregos e reduzir as emissões de CO2 em mais de 3,3 bilhões de toneladas por ano, além de atrair investimentos anuais da ordem de 200 bilhões de euros.

“Agora que o Acordo de Paris está entrando em vigor, os países precisam olhar com seriedade para os compromissos que assumiram em dezembro passado. O cumprimento das metas de Paris significa uma matriz livre de combustíveis fósseis antes de 2050 e a energia eólica vai desempenhar um papel importante para que possamos chegar lá”, disse Steve Sawyer, secretário-geral GWEC.

### ***Mais competitivas***

A relevante queda de preço nos anos recentes para energia eólica, solar e outras renováveis mostrou que uma matriz sem energias fósseis não é apenas tecnicamente possível, mas também economicamente competitiva.

Novos mercados estão se desenvolvendo rápido na África, Ásia e América Latina, fornecendo energia limpa para um desenvolvimento sustentável. “A energia eólica é a opção mais competitiva para adicionar nova capacidade à matriz elétrica em muitos mercados em crescimento”, analisa Sawyer. O avanço das eólicas, contudo, passa pela redução do papel dos combustíveis fósseis e isso inclui também a busca de alternativas para o setor de transporte, maior emissor de CO2.

O mercado para mobilidade elétrica, tanto para veículos elétricos quanto para os de transporte público, vai continuar a crescer significativamente e, com isso, vai crescer também a demanda por energia no setor de transporte.

A fonte eólica está na *pole position* para fornecer essa demanda crescente, colocando a eólica como uma das indústrias chave do setor de energia”, explica o Dr. Sven Teske, analista-chefe do relatório e Diretor de Pesquisa do Institute for Sustainable Futures da University of Technology Sydney.

### **BofA: redução de juro pelo Copom pode levar a migração de renda fixa para ações**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Uma confirmação da redução da taxa de juro pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central nesta quarta-feira, 19, pode iniciar um movimento de migração de aplicações em papéis de renda fixa para ações, disse nesta terça-feira, 18, o estrategista do Bank of America Merrill Lynch Global Research, Felipe Hirai.

Ele participou do Workshop IR Magazine Brazil Awards 2016, organizado em São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Hirai observou que a participação dos investidores no Brasil para bolsa continua muito baixa.

“O que falta para a bolsa são investidores locais comprando”, disse, acrescentando que a alocação de recursos para mercado acionário no Brasil hoje é um terço do que era a indústria de fundos em 2009, o que tende a melhorar se for confirmado o início de um ciclo de cortes da taxa básica, atualmente em 14,25% ao ano.

Todavia, Hirai diz estar cautelosamente otimista sobre o crescimento dos lucros, que o Bank of America Merrill Lynch Global Research acha que poderá ser bastante forte ao longo dos próximos anos. Para 2017, o estrategista do Bank Of America disse não ter ainda uma projeção oficial para o Ibovespa, considerando que o País terá alguns desafios.

“Mas a gente acha que tem algumas possibilidades de os desafios serem superados, mas o cenário otimista ainda não está totalmente precificado especialmente porque boa parte do que aconteceu no mercado de ações este ano foi um movimento por conta da noção de risco e não por um movimento de melhora na expectativa de crescimento”, disse, reiterando que se de fato o crescimento voltar as ações vão continuar a mostrar boa performance.

“Temos que lembrar que os brasileiros não têm ações. Então o fluxo precisa continuar a entrar para o mercado acionário”, disse.

### **Brasil é maior 'convicção' de investidor entre emergentes**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Diante da melhora na crise política e de sinais de avanço econômico, o Brasil tem se tornado a maior “convicção” de investidores estrangeiros entre as principais economias emergentes, segundo profissionais do Bank of America Merrill Lynch.

A percepção positiva sobre o cenário nacional se traduz, na avaliação dos especialistas, em expectativa de investimentos no País, o que pode marcar uma mudança no perfil

de fluxo de recursos, marcado até então por negócios mais "especulativos" nos mercados financeiros.

No entanto, a chegada de capital no Brasil não deve ser um "tsunami de dinheiro", como muitos esperavam antes do impeachment de Dilma Rousseff. Para os profissionais do banco, a entrada de recursos deve ser gradual.

"O Brasil é, de fato, a maior convicção entre os emergentes globais", afirmou o chefe de estruturação e vendas de derivativos, Nuno Martins, em entrevista ao *Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Martins foi um dos profissionais do banco que participaram de reuniões paralelas aos eventos organizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington no início deste mês.

"Todos veem espaço para melhora (*do Brasil*), sendo que alguns investidores estão esperando a queda de juros. Esse é um termômetro importante." A redução da taxa básica de juros, a Selic, pode atrair capital produtivo, na forma de investimento estrangeiro no País (IDP, ex-IED), indicando uma possível mudança de perfil no fluxo de entrada.

Para o câmbio, essa transição pode apontar para um foco maior em fluxo no mercado à vista, em vez de negociação de majoritariamente derivativos, como tem sido o caso desde as vésperas do impeachment. "O fluxo de 'spot' veio, mas foi modesto. E ainda não conversa com o cenário atual. Mas temos perspectiva de que vai acontecer ao longo próximos meses", diz Martins.

O processo, entretanto, deve ser gradual. "Aquela conversa de 'tsumoney' com impeachment e aprovação da PEC do Teto é falaciosa. O conforto dos investidores precisa aumentar gradualmente e, com isso, vai vindo mais fluxo", disse. Há ainda expectativa para ver como o governo trabalhará com a agenda de privatizações e ajustes em marcos regulatórios, por exemplo.

### **Artigo: PEC do teto de gastos públicos empodera o Congresso Nacional**

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Algumas das críticas à [PEC 241](#), com a qual se tenta enfrentar o desastre fiscal escondido no processo eleitoral de 2014, confirmam como é difícil fazer prevalecer mesmo o que é razoável contra a força de corporações fortemente organizadas. Uma destas afirmou que a PEC pode pôr em risco a própria democracia: "cassa" os direitos do Legislativo e ameaça a "independência" do Judiciário e do Ministério Público. Trata-se de grave equívoco.

Se aprovada, pela primeira vez, nos últimos 30 anos, o Legislativo cumprirá o seu papel de formular o Orçamento dentro da melhor estimativa da receita e fiscalizar a sua execução. De fato, há três décadas não há Orçamento!

Aprova-se toda sorte de despesas duvidosas, sobre as quais não se exerce nenhuma fiscalização, e, para atender à letra da Constituição, fixa-se "a posteriori" uma receita "fictícia". O descalabro só não é maior porque a variável de ajuste é o controle na "boca da caixa" e há refúgio dos "restos a pagar".

Será exatamente o oposto com a PEC 241. Fixa-se um teto nominal objetivo para a despesa primária (a efetiva despesa nominal do exercício anterior corrigida pela inflação) e o Congresso, na sua mais plena e ampla soberania, escolherá as prioridades, respeitando um piso para o dispêndio de educação (que em 2017 já

obedecerá aos 18% da receita federal líquida e, depois, será corrigido pela inflação) e outro para a saúde (no qual se antecipou a vinculação da receita líquida de 15%, que só ocorreria em 2020). Isso não reduz os seus orçamentos, mas, certamente, exigirá melhor gestão.

Na saúde, a minha segurança é total. Conheço a competência e a inclinação do relator da PEC, o grande deputado gaúcho Darcísio Perondi, desde sempre o seu patrono no Congresso Nacional. Mas há mais. Se o Congresso decidir ultrapassar os "pisos", nada o impede: basta escolher as prioridades que, correspondentemente, devem ser cortadas, para manter a despesa primária constante. A PEC tem problemas, mas não são esses...

Apenas para dar um exemplo obviamente absurdo: suponha que, num improvável ataque de lucidez, o Congresso decida, para aumentar os gastos com educação e saúde, cortar suas despesa e congelar os seus salários, junto com os do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, que até as inexistentes esquinas de Brasília sabem, são um múltiplo dos equivalentes do setor privado (que os financia).

Quem reclamaria? De fato, a PEC 241 coloca problemas, mas obedece às restrições constitucionais para as despesas de educação e saúde, devolve poder ao Congresso e o empodera, como representante da sociedade que o escolheu, para arbitrar quais as prioridades que devem ser acomodadas.

(Antonio Delfim Neto -Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

### **Porcentual de cheques devolvidos cai para 2,00% em setembro, diz Boa Vista**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O porcentual de cheques devolvidos sobre o total movimentado caiu para 2,00% em setembro, de 2,13% em agosto, segundo pesquisa da Boa Vista SCPC. Em setembro do ano passado essa proporção havia sido de 2,17%. No acumulado de 2016, no entanto, o porcentual ficou em 2,28%, registrando o pior resultado da série histórica, iniciada em 2006.

Em número absolutos, foram movimentados 49,003 milhões de cheques em setembro, com 48,023 milhões compensados e 980,640 mil devolvidos (sendo 30,8% de pessoas físicas e 69,2% de jurídicas). No caso dos cheques devolvidos, houve queda de 11,00% em relação a agosto.

O indicador da Boa Vista SCPC mostra a proporção de cheques devolvidos (2ª devolução por insuficiência de fundos) sobre o total de cheques movimentados, que é o total de cheques compensados somados aos devolvidos.

### **Banco francês BNP Paribas quer financiar concessões no Brasil**

19/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O banco de investimentos francês BNP Paribas fará uma nova capitalização na unidade brasileira nos próximos dias. Segundo Sandrine Ferdane, CEO do banco no Brasil, o aporte será mais elevado do que os últimos dois, feitos no ano passado, com valor total de cerca de R\$ 400 milhões.

O objetivo da instituição financeira é ampliar sua participação principalmente no financiamento de projetos de infraestrutura, como energia renovável, diante do provável aumento de interessados em investir em concessões no país. Segundo a



executiva, o BNDES já indicou que pretende financiar apenas metade dos projetos, dando espaço de atuação para o setor privado.

"A nova forma de financiar concessões terá que passar pelo mercado privado. É uma oportunidade clara para bancos como nós", afirmou nesta terça (18) em encontro com jornalistas. O BNP financiou o projeto eólico de Casa dos Ventos e, segundo Ferdane, o banco quer se firmar como um canal de investimentos em fontes alternativas de energia globalmente.

"O apetite pelo Brasil vai voltar rapidamente. Há muito o que fazer", disse ela, referindo-se ao interesse de clientes, investidores estrangeiros de olho no Brasil. Ela prevê que os leilões de aeroportos sejam muito disputados, assim como os projetos em energias renováveis.

Ela também relatou interesse no segmento agroalimentar e no varejo (em operações que envolvam compras de empresas nacionais em dificuldade). STOP AND GO Ferdane disse que, mesmo durante o pior da recessão brasileira, o banco não reduziu a oferta de linhas de crédito e alfinetou concorrentes que abandonaram o país recentemente.

O Deutsche Bank está encolhendo a operação no Brasil e o HSBC vendeu sua filial para o Bradesco. "É difícil fazer negócio no Brasil, é complexo, específico e muda muito", afirmou.

"Não temos uma estratégia de 'stop and go' e, sim, de fidelidade". O banco francês está de olho em potenciais clientes alemães, viúvas do concorrente, interessados em aplicar no Brasil. Em dezembro, disse ela, o BNP vai organizar um seminário para investidores dedicado ao Brasil na Alemanha.

A leitura do BNP é que o pior da crise brasileira ficou para trás e o país caminha para a recuperação. Ainda assim, ela lamentou que o Brasil tenha perdido o grau de investimento -espécie de selo de bom pagador.

Segundo a executiva, isso criou um "freio matemático" para o crescimento dos bancos estrangeiros no país, pois eles não podem aumentar a alocação de capitais no país livremente.

E se não aumentar seu capital, como está voltando a fazer agora o BNP, os bancos enfrentam limitações regulatórias para emprestar – o que no jargão financeiro se chama alavancagem. O grupo BNP Paribas é dono da seguradora Cardif, da Cetelem e da Arval.

## **Migração para Bradesco afeta clientes do HSBC**

19/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Diversas empresas que eram clientes do HSBC e foram absorvidas pelo Bradesco, depois do processo de aquisição, estão desde o dia 10 de outubro com problemas para pagar salários e fornecedores.

Elas relatam ainda problemas de comunicação com o banco. Sem acesso ao sistema bancário do Bradesco, as empresas estão contabilizando prejuízos e acionando escritórios de advocacia com intuito de processar a instituição.

O vice-presidente do Bradesco, Maurício Minas, diz que os problemas têm sido localizados e que a instituição está mobilizada para resolver todas as pendências decorrentes da transição de sistemas, especialmente os casos de atraso no pagamento de salário.

“Vamos analisar caso a caso, mas vamos ressarcir integralmente qualquer impacto financeiro”, disse Minas. “O salário é sagrado e, quando detectamos o problema, agimos rapidamente e hoje as reclamações já diminuíram.”

O banco mantém um canal de atendimento a empresas com 500 atendentes e colocou mais 120 profissionais – “altamente especializados”, segundo Minas – para resolver as questões que envolvam os clientes corporativos do HSBC, com atendimento 24 horas.

Além disso, criou um sistema paralelo em que os funcionários do banco fazem manualmente alterações que o sistema do Bradesco não reconhece.

O problema maior foi com o envio das planilhas de pagamento por parte das empresas ao banco, que não foram reconhecidas pelo sistema do Bradesco. O banco demorou alguns dias para detectar o problema e alguns salários chegaram a atrasar dois dias.

Para as empresas acostumadas com o HSBC, há um processo de adaptação ao sistema Bradesco, que é todo online.

Mas os casos não se limitaram a pagamento de salários. Uma empresa multinacional relata que não conseguiu pagar seus fornecedores porque o banco limitou suas operações diárias a R\$ 100 mil. Com o atraso no pagamento, a empresa acabou tendo prejuízo, em função dos juros.

“Estamos desde o dia 10 sem acesso ao sistema bancário”, disse um representante da multinacional, que alegou não conseguir sequer se comunicar com sua agência bancária e tampouco ter acesso à sua conta online.

O vice-presidente do Bradesco afirmou que qualquer uma das 140 mil empresas que eram clientes do HSBC pode procurar qualquer agência Bradesco caso tenha problemas, não precisando se ater à sua antiga agência.

Disse ainda que a empresa pode enviar e-mail diretamente a qualquer diretor, se tiver acesso a esses executivos, ou usar os canais de atendimento telefônico. “O cliente HSBC passa na frente na fila”.

## **Mudança**

A migração de sistemas aconteceu integralmente no fim de semana dos dias 8 e 9 de outubro, quando as 829 agências HSBC e 342 postos de atendimento passaram a usar o logo do Bradesco e todo o sistema tecnológico do banco. Só para trocar a tecnologia das agências, o Bradesco investiu R\$ 100 milhões.

A decisão de fazer a transição de uma vez só se deveu ao fato de que a plataforma HSBC seria completamente extinta. Em outras integrações, como no caso do Itaú e Unibanco, os sistemas foram aos poucos sendo unificados, com pequenos grupos de agências por semana.

Para os cerca de 5 milhões de clientes pessoas físicas do HSBC, não há relatos de grandes problemas.

O Procon de São Paulo diz que recebeu apenas quatro reclamações. A assessoria de imprensa do Banco Central informou que, desde o último dia 10, registrou “discreto aumento” no número de reclamações sobre o tema e tomou as medidas necessárias.

O BC informa que o cliente que se sentir lesado pode procurar a ouvidoria da instituição financeira e, posteriormente, órgãos de defesa do consumidor ou a central de atendimento do Banco Central.

"Migrações de grandes volumes de clientes e produtos podem gerar problemas de atendimento nos primeiros dias de sua implantação, a despeito de todos os esforços empreendidos no sentido de prevenir ocorrências, a exemplo dos inúmeros testes preparatórios para a migração", disse o Banco Central, em nota.

## **Com inflação em baixa, queda na renda desacelera a partir do 3º tri**

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O terceiro trimestre deste ano trouxe uma virada na tendência de aceleração na queda da renda do trabalho no país. A diminuição acentuada dos rendimentos registrada nos primeiros seis meses do ano foi interrompida.

Do início da atual crise até agora, o trimestre que acabou em junho marcou o fundo do poço, quando a renda do trabalho caiu 5,6% em termos reais (descontada a inflação), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Os trimestres encerrados em julho e agosto revelam quedas menores em relação aos mesmos trimestres de 2015: -4,8% e -3,7%, respectivamente. "A melhora das expectativas de mercado nos últimos meses demorou a aparecer na área social, mas isso ocorre agora", afirma Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas) no Rio.

"A crise ainda acontece e as pessoas seguem perdendo, mas o ponto mais crítico pode ter ficado para trás. A dúvida é se a recuperação será em forma de U ou W", diz, referindo-se à possibilidade de a perda de intensidade na queda da renda não se sustentar e voltar a acelerar nos próximos meses. "Mas julho e agosto são consistentes com a idéia de que a força da crise diminuiu."

A perda de velocidade na queda dos rendimentos do trabalho e sua eventual preservação são importantes, pois têm impacto direto sobre a capacidade de consumo das famílias e as chances de uma recuperação econômica mais vigorosa no futuro.

Os dados da PNAD mostram ainda quem mais perdeu renda na atual crise e o forte impacto da inflação sobre os rendimentos: quase 75% da queda no poder de compra dos brasileiros se deu pela alta dos preços; o restante, pela perda de ocupação.

A partir de agosto, no entanto, o desemprego passou a ser preponderante para a diminuição da renda real em comparação à inflação, que está em queda, o que ajuda a mater o poder aquisitivo.

"Até julho, a renda das pessoas caía muito mais por causa da inflação, o que favoreceu o ajuste macroeconômico pelo qual estamos passando", afirma Neri. Agora, o efeito do desemprego sobre a renda tende a ser maior.

Por segmento, sofreram as maiores perdas de rendimento as pessoas com menos anos de estudo, os jovens, chefes de família e moradores das periferias metropolitanas. Os que menos perderam foram as mulheres e moradores das capitais.

### **PERDAS MENORES**

Para o economista Naercio Menezes, do Insper, uma das características da atual recessão é que, apesar de ter se instalado rápida e intensamente, ela não produziu estrago tão grande na renda do trabalho como outras crises.

"Na desaceleração entre 1996 e 2003, houve queda de 16% na renda do trabalho. Comparado a isso, a atual recessão até que poderia ser considerada mole", afirma.

Menezes suspeita que a regra atual de correção do salário mínimo, com reposição da inflação mais a variação do PIB de dois anos antes, e a onda de formalização do mercado de trabalho até a crise tenham protegido a renda dos brasileiros.

Gabriel Ulyssea, especialista em economia do trabalho da PUC-Rio, diz que "ainda é cedo" para conclusões sobre a tendência da renda. "A inflação perdeu força. Isso ajuda a preservar os rendimentos, mas o desemprego tende a continuar subindo, limitando o consumo das famílias e a recuperação."

Para José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, a tendência do mercado de trabalho é "continuar um bom tempo no terreno negativo". "Junho, julho e agosto têm cara de que deu uma melhorada, mas a renda segue caindo e o desemprego, subindo." Em um cenário que inclui estagnação do crédito em 2016, diz, o caminho para a recuperação segue limitado.

## **Mercedes lança leasing operacional para Actros e Axor**

19/10/2016 – Fonte: Automotive Business



O Banco Mercedes-Benz lançou plano de leasing operacional para aquisição de caminhões pesados Mercedes-Benz. Os modelos das linhas Actros e Axor agora poderão ser incorporados às frotas por meio de arrendamento de 36 ou 48 meses, uma espécie de aluguel com parcelas mensais pré-fixadas e sem entrada, ao contrário.

Ao fim do contrato, o cliente terá três opções: prorrogar o arrendamento, adquirir o veículo pelo preço de mercado na data de término do leasing, ou devolver o bem ao banco.

O sistema de leasing operacional vem sendo adotado pelos fabricantes e seus bancos para os produtos mais caros do portfólio, para compensar a falta de planos tradicionais sem entrada, o que tem inviabilizado os negócios pela indisponibilidade de recursos, pois é necessário aplicar um valor inicial mais alto ao financiar o bem por CDC ou Finame.

Até o fim de 2014 era possível adquirir caminhões e ônibus no País pelo Finame-PSI que financiava 100% do veículo com juros muito baixos, por isso ninguém oferecia o arrendamento, que não era competitivo diante do crédito subsidiado do BNDES.

No leasing operacional as parcelas pagas pelo cliente não são abatidas do valor de compra, pois são contabilizadas como aluguel. Se decidir adquirir o bem ao fim do contrato, o único desconto em relação ao preço do zero-quilômetro será o percentual de desvalorização de mercado após três ou quatro anos de uso, conforme o plano escolhido.

A principal vantagem, segundo o Banco Mercedes-Benz, é que as mensalidades são, em média, até 30% mais baixas do que seriam em um CDC ou Finame que financiasse 100% do veículo, sem entrada.

Também existem vantagens fiscais. Como não é considerado um financiamento para aquisição, o arrendamento não paga Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o valor pago pode ser abatido da base de cálculo do imposto de renda, PIS e Cofins de empresas que adotam o regime tributário de lucro real. "Por essa razão, o produto é bastante indicado para frotistas", diz Bernd Barth, presidente do Banco Mercedes-

Benz.

O executivo destaca ainda que o arrendamento com mensalidades pré-fixadas garante ao administrador maior controle dos gastos, o que não acontece nas modalidades de financiamento que operam com taxas de juros variáveis – como a TJLP do Finame.

“Além disso, o leasing operacional permite ao cliente renovar sua frota com maior frequência, uma vez que devolve o caminhão no final sem se preocupar com a revenda. Encerrado o contrato, já pode começar a renovar”, ressalta.

Mas em uma coisa o leasing operacional é igual às outras operações de financiamento: a aprovação do contrato depende da análise de crédito do cliente.

## **FCA e Iveco vão expandir o uso de GNC na Europa**

19/10/2016 – Fonte: Automotive Business



A FCA – Fiat Chrysler Automobiles – e a Iveco assinaram um memorando com o objetivo de desenvolverem ações para expandir o uso do gás natural como combustível alternativo em veículos.

O acordo foi fixado na Itália pelo presidente da Iveco, Pierre Lahutte, e pelo diretor de operações da FCA na Europa, Alfredo Altavilla. A iniciativa conta ainda com a Snam, empresa de infraestrutura de gás no continente europeu.

Os termos preveem que as três empresas vão cooperar entre si ativamente para o aumento do uso do gás metano na forma de GNC (gás natural comprimido), alternativa considerada mais sustentável do que os combustíveis tradicionais.

Enquanto FCA e Iveco têm o papel de fornecer ao mercado veículos que incluam estas tecnologias, a Snam prevê o investimento de € 200 milhões nos próximos cinco anos para expandir as instalações de fornecimento de GNC.

A Iveco já possui know how uma vez que desenvolveu uma linha completa de veículos movidos a GNC e a GNL (gás natural liquefeito), que abrange desde o comercial leve Daily até o ônibus coletivo urbano Urbanway, além do novo Stralis movido a GNL indicado para o transporte de longas distâncias lançado em junho deste ano.

Por sua vez, o acordo está alinhado à estratégia da FCA que está em busca do desenvolvimento de motores com combustíveis alternativos. Recentemente, a empresa desenvolveu uma gama composta por 12 modelos com tecnologia GNC, o que a coloca entre as posições de liderança neste segmento na Europa.

A Itália é o principal mercado europeu em termos de consumo do gás natural veicular, com mais de 1 bilhão de metros cúbicos consumidos em 2015 e cerca de 1 milhão de veículos atualmente em circulação. O país também consegue tirar proveito da maior e mais acessível rede de tubulação de gás da Europa, que se estende por cerca de 32 mil quilômetros.

## Brasileiro Carlos Ghosn, presidente da Nissan, também dirigirá a Mitsubishi

19/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Brasileiro Carlos Ghosn, presidente da Nissan, vai comandar a Mitsubishi, segundo jornal

O presidente da Nissan, o brasileiro Carlos Ghosn, também comandará a Mitsubishi Motors depois que o primeiro grupo anunciou um grande investimento no rival, informou o jornal econômico "Nikkei".

A ação da Mitsubishi Motors fechou em alta de 7,85%, a 522 ienes, nesta quarta-feira (19), depois de chegar a ganhar 10,74% durante a sessão, poucos minutos depois da publicação da notícia no site do jornal.

Ao mesmo tempo, as ações da Nissan, segunda maior montadora do Japão, registraram leve alta de 0,52%, para 1.004,5 ienes.

Ghosn, que também é presidente do grupo francês Renault, ficará responsável pela reestruturação da Mitsubishi a partir do momento em que a Nissan concretizar sua entrada no capital do grupo, após a compra de 34%, segundo o jornal econômico, que não cita suas fontes.

A nomeação do executivo como presidente do conselho de administração, proposta pela Nissan, será submetida em dezembro à aprovação dos acionistas e administradores da Mitsubishi Motors, de acordo com o "Nikkei".

O atual presidente do grupo, Osamu Masuko, passará a ocupar o cargo de diretor geral.

Procurada pela AFP, uma porta-voz da Mitsubishi Motors se recusou a comentar as informações.

A Mitsubishi sofre as consequências do escândalo de falsificação de dados sobre seus veículos, o que poderia ter afetado a Nissan — a empresa compra dois modelos de veículos pequenos para revender sob sua marca— se o grupo não ajudasse a rival.

A alta no valor das ações reflete a esperança dos investidores de que Ghosn consiga colocar a empresa nos trilhos, como fez com a Nissan, que passava por dificuldades quando a Renault decidiu, em 1999, assumir o controle parcial da montadora japonesa.

A Mitsubishi Motors admitiu em 20 de abril que manipulava os dados de quatro modelos de carros, dois deles construídos para a Nissan. Depois confessou ter utilizado testes não homologados no Japão por 25 anos para vários outros veículos.

## **Ministério recebe comitiva da Coreia do Sul e troca experiências sobre sistemas de emprego**

19/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

Uma comitiva da Coreia do Sul está em Brasília para uma série de reuniões no Ministério do Trabalho. A visita faz parte de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tem por objetivo aperfeiçoar os serviços do Sistema Nacional de Emprego (Sine). As atividades começaram nesta segunda-feira (17) e se estendem por toda a semana.

Durante o encontro, representantes do Ministério do Trabalho e da comitiva coreana irão trocar experiências sobre a organização dos seus sistemas de atendimento ao trabalhador na área do emprego.

Entre os pontos que serão debatidos estão a funcionalidade do Portal Mais Emprego; a relação entre a procura e a oferta de vagas no Sine; e a integração das bases de dados do Seguro-Desemprego, da intermediação de mão de obra e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O secretário substituto da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério do Trabalho, Hélio de Miranda, explica que as reuniões dessa semana são a continuidade de um trabalho que já vem sendo feito e trouxe melhorias para o Sine.

“Essa parceria resultou na elaboração de vários manuais, cartilhas e guias de padronização aos gestores e atendentes para melhorar o atendimento ao trabalhador e a infraestrutura física dos postos do Sine”, ressalta Hélio Miranda.

Além das reuniões, os coreanos farão uma visita a um posto de atendimento do Sine em Brasília. O objetivo é conhecer, na prática, como funciona o atendimento ao trabalhador.